

**REDE ANCORA DISTRITO FEDERAL E GOIÁS IMPORTADORA, EXPORTADORA E
DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Rede Ancora Distrito Federal e Goiás Importadora, Exportadora e Distribuidora de Auto Peças S.A. é uma companhia por ações, de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 03/01/2008 estão arquivados na JUCIS - DF sob nº 5330000887-6. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 09.330.294/0001-94. Encontra-se sediada na cidade de Brasília, Quadra QS 05 Loja 01, Taguatinga, CEP 70.297-400.

A Rede Ancora-DF Importadora, Exportadora e Distribuidora de Auto Peças S.A. tem como objeto a comercialização no varejo e por atacado de auto peças, acessórios em geral, bem como de qualquer componente de veículos automotores, pneus e lubrificantes; a importação e exportação de auto peças, acessórios e demais componentes de veículos automotores; e, a participação societária em outras empresas, inclusive nas de em conta de participação. A Companhia tem unidade na cidade de Brasília - DF e realiza vendas para o mercado interno e externo.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 15 de março de 2024.

NOTA 02 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a companhia elaborava e apresentava suas demonstrações de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 R1) e por ultrapassar os limites dessa norma, adotou a aplicação integral das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) – IFRS Full para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os impactos resultantes desta mudança de prática contábil se referem a mensuração e contabilização dos Direitos de Uso (Ativo) e Passivo de Arrendamento (Passivo), além das divulgações adicionais nestas notas explicativas.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas, são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento de curto prazo de cerca de três meses ou menos da data da transação.

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

3.6 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado utilizando o método do custo médio. O custo das mercadorias para revenda compreende o valor da mercadoria líquido dos impostos recuperáveis e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor recuperável é o preço de venda estimado diminuído dos custos para revenda.

3.7 Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

3.8 Arrendamentos

3.8.1 Direito de Uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

3.8.2 Passivos de Arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental. Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.9 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e estar em condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração, e líquido dos impostos recuperáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.10 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando o efeito for relevante.

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.12 Partes relacionadas

Consiste na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições contratuais de cada transação.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a companhia atua e gera lucro. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.

3.14 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.16 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.17 Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”)

O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por “impairment” anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.18 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subseqüentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

3.19 Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas por natureza de atividade estão demonstradas abaixo:

Venda de produtos - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores.

A Companhia reconhece a receita quando for possível atender os critérios:

- i) Identificar o contrato com o cliente;
- ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- iii) Determinar o preço das transações;
- iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- c) Impairment dos estoques, ativos imobilizados;
- d) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 04 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Ativos Financeiros	2023	2022
Mensurado ao Custo Amortizado		
Caixa e Equivalente de Caixa	1.396.616	1.548.987
Contas a Receber de Clientes	8.609.627	5.496.681
Partes Relacionadas	800.000	-
Outros Créditos	60.000	-
Total Ativos Financeiros	10.866.243	7.045.668
Passivos Financeiros	2023	2022
Mensurado ao Custo Amortizado		
Fornecedores	8.837.215	5.222.272
Empréstimos e Financiamento	540.000	-
Passivo de Arrendamento	112.391	-
Total Passivos Financeiros	9.489.606	5.222.272

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Banco Conta Movimento	1.013.285	290.840
Aplicação Financeira	383.331	1.258.147
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	1.396.616	1.548.987

NOTA 06 – CONTAS A RECEBER

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a Receber	8.585.551	5.479.079
Outras Contas a Receber	24.076	18.894
(-) Despesas Financeiras a Apropriar	-	(1.292)
Total das Contas a Receber	8.609.627	5.496.681

Aging List Contas a Receber

Vencidos acima de 90 dias	22.966	1.563
Vencidos até 90 dias	203.972	336.861
A vencer até 30 dias	3.637.998	3.394.665
A vencer de 31 a 90 dias	4.734.143	1.757.476
A vencer de 91 a 180 dias	10.548	7.408
Juros a Transcorrer	-	(1.292)
Contas a Receber	8.609.627	5.496.681

Contas a Receber por Tipo de Moeda

Reais	8.609.627	5.496.681
Contas a Receber	8.609.627	5.496.681

NOTA 07 – ESTOQUES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Mercadorias para Revenda	5.127.758	3.855.292
Peças em Garantia Fornecedor	92.219	71.688
Provisão para Desvalorização	(167.533)	(74.055)
Total dos Estoques	5.052.444	3.852.925

NOTA 08 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PIS a Recuperar	24.074	15.667
Cofins a recuperar	108.124	70.400
IRPJ a Recuperar	346.056	-
CSLL a Recuperar	153.197	-
IRPJ - Saldo Negativo	47.700	-
CSLL - Saldo negativo	19.070	-
Total de Impostos a Recuperar	698.221	86.067

NOTA 09 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros créditos a receber	4.250	4.250
Outros créditos a receber longo prazo (a)	60.000	-
Total de Outros Créditos	64.250	4.250
Curto Prazo	4.250	4.250
Longo Prazo	60.000	-
Total de Outros Créditos	64.250	4.250

(a) Saldo pendente a receber da Empresa Nacional dos Comerciantes, Importadores e Exportadores de Autopeças e Franquias S.A., relativo à venda de ações que a companhia detinha.

NOTA 10 – PARTES RELACIONADAS

10.1 – Partes Relacionadas - Ativo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rede Ancora - MS	200.000	-
Rede Ancora - MT	600.000	-
Partes Relacionadas – Ativo	800.000	-

Empréstimos não possuem atualização monetária e data de vencimento.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empresa Nacional dos Comerciantes, Importadores e Exportadores de Autopeças e Franquias S.A.	-	60.000
Total dos Investimentos	-	60.000

Saldo transferido para outros créditos, referente à alienação de ações que a Companhia possuía para a Empresa Nacional dos Comerciantes, Importadores e Exportadores de Autopeças e Franquias S.A.

NOTA 12 – IMOBILIZADO

	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Total
Taxas de Depreciação	10,00%	20,00%	20,00%	20,00%	4,00%	
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	29.979	20.774	148.095	87.900	41.373	328.121
Depreciação Acumulada	(1.276)	(2.941)	(1.551)	(25.759)	-	(31.527)
Valor contábil líquido	28.703	17.833	146.544	62.141	41.373	296.594
Adições	2.153	10.032	5.498	-	-	17.683
Baixas	-	-	-	(87.900)	-	(87.900)
Depreciação	(3.214)	(5.367)	(15.295)	(8.155)	-	(32.031)
Baixa da Depreciação	-	-	-	33.914	-	33.914
Saldo Final	27.642	22.498	136.747	-	41.373	228.260
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	32.132	30.806	153.593	-	41.373	257.904
Depreciação Acumulada	(4.490)	(8.308)	(16.846)	-	-	(29.644)
Valor contábil líquido	27.642	22.498	136.747	-	41.373	228.260
Adições	-	9.419	5.509	-	-	14.928
Depreciação	(3.258)	(6.935)	(15.816)	-	-	(26.009)
Saldo Final	24.384	24.982	126.440	-	41.373	217.179
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	32.132	40.225	159.102	-	41.373	272.832
Depreciação Acumulada	(7.748)	(15.243)	(32.662)	-	-	(55.653)
Valor contábil líquido	24.384	24.982	126.440	-	41.373	217.179

NOTA 13 – DIREITO DE USO

Direito de Uso	Arrendamentos	Total	
Prazo médio de vigência dos contratos/vida útil (anos)	1 a 5		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	
Adoção inicial CPC 06	133.956	133.956	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	133.956	133.956	
Depreciações	(22.326)	(22.326)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	111.630	111.630	
Passivo de arrendamento	Arrendamento mercantil	AVP – Ajuste a valor presente	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Adoção inicial CPC 06	140.040	(6.083)	133.957
Saldos em 1º de janeiro de 2023	140.040	(6.083)	133.957
Pagamentos	(23.340)	1.774	(21.566)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	116.700	(4.309)	112.391
Parcela classificada no circulante	116.700	(4.309)	112.391

NOTA 14 – FORNECEDORES

	2023	2022
Contas a Pagar a Fornecedores Nacionais	8.837.215	5.284.868
Total das Contas a Pagar a Fornecedores	8.837.215	5.284.868
Aging List Contas a Pagar a Fornecedores		
Vencidos acima de 90 dias (a)	24.821	-
Vencidos até 90 dias (a)	12.186	11.811
A vencer até 30 dias	5.353.714	2.634.154
A vencer de 31 a 90 dias	3.339.063	2.474.615
A vencer de 91 a 180 dias	62.830	83.696
A vencer de 181 a 365 dias	17.876	17.996
A vencer acima de 365 dias	26.725	62.596
Contas a Pagar a Fornecedores	8.837.215	5.284.868
Segregação		
Curto Prazo	8.837.215	5.222.272
Longo Prazo	-	62.596
Contas a Receber	8.837.215	5.284.868
Contas a Pagar por Tipo de Moeda		
Reais	8.837.215	5.284.868
Contas a Pagar a Fornecedores	8.837.215	5.284.868

(a) R\$ 24.821 (R\$ 11.811 em 2022) dos valores vencidos são valores a pagar a Associação Nacional dos Comerciantes Revendedores de Autopeças - Ancora, os quais serão abatidos com verbas de marketing.

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco Itaú - Conta Garantida	540.000	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	540.000	-
Parcela Circulante	540.000	-
Parcela Não Circulante	-	-
Total	540.000	-
Aging List Empréstimos e Financiamentos		
2024	540.000	-
Total	540.000	-
Empréstimos e Financiamentos por Tipo de Moeda		
Reais	540.000	-
Total	540.000	-
Taxas		
Itaú - Conta Garantida	CDI+0,32% a.m.	-

Os empréstimos vinculados a conta garantida, são assegurados pelos títulos a receber.

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a Pagar	51.178	31.009
INSS a recolher	25.786	20.011
FGTS a recolher	7.171	4.605
Total das Obrigações Sociais	84.135	55.625

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF S/ Salários a recolher	8.462	4.744
IRPJ a recolher	-	19.036
CSLL a recolher	-	7.772
PIS/COFINS/CSLL retida a recolher	2.006	152
IRRF a recolher	643	48
ICMS a recolher	202.023	49.424
ICMS ST a recolher	518.205	364.027
Parcelamentos a Recolher - ICMS	58.067	52.890
ISS Retido a Recolher	13	12
Parcelamentos a Recolher - ICMS	24.195	74.927
Total das Obrigações Tributárias	813.614	573.032

Segregação

Parcela Circulante	789.419	498.105
Parcela Não Circulante	24.195	74.927
Obrigações Tributárias	813.614	573.032

NOTA 18 – PROVISÕES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para Férias	99.979	73.245
Provisao de INSS s/ ferias	26.794	19.629
Provisao de FGTS s/ ferias	7.927	5.812
Total das Provisões	134.700	98.686

NOTA 19 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia não possui contingências cuja probabilidade de perda tenha sido avaliada como de risco "provável" ou "possível" pelos assessores jurídicos externos.

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social integralizado pertencente a acionistas domiciliados no País é de R\$ 6.166.050 formado de 6.166 (seis mil, cento e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1.000 (um mil Reais) cada uma. Em 2023 foi aprovado outro aumento do Capital Social no valor de R\$ 1.847.867 com a emissão de 1.848 ações.

b) Distribuição de Dividendos e Reserva Legal

A política de distribuição de dividendos está estabelecida no Estatuto Social, sendo de 25% no mínimo do lucro líquido, após a constituição da Reserva Legal, salvo deliberação em contrário pela totalidade dos acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária.

c) Reserva de Incentivos Fiscais

o exercício de 2023, a Companhia constituiu reserva de subvenção para investimento com base na Lei Complementar 160/17, referente a incentivos fiscais de ICMS sobre créditos presumidos e diferimento parcial aplicados nas saídas internas. Esses valores transitaram pelo resultado do exercício e foram segregados no patrimônio líquido, devido à vedação de sua distribuição.

	Reserva Util. p/ Aumento de Capital	Reserva Incentivo Fiscal	Total
Reserva constituída em 2021	-	1.430.344	1.430.344
Aumento de capital com Reserva de Incentivo Fiscal 2022	1.430.344	(1.430.344)	-
TOTAL	1.430.344	-	1.430.344
Reserva Incentivos Fiscais necessária			6.232.007
Reserva a Constituir em exercícios Futuros			4.801.663

NOTA 21 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Revenda de Mercadorias	59.353.698	44.330.553
Total Receita Bruta de Vendas	59.353.698	44.330.553
(-) Devoluções de Vendas	(428.177)	(260.349)
(-) Impostos sobre Vendas	(10.544.439)	(7.826.670)
Total de Deduções e Impostos	(10.972.616)	(8.087.019)
Receita Operacional Líquida	48.381.082	36.243.534

NOTA 22 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bonificações recebidas	63.335	25.547
Receitas Eventuais	975	63
Verbas Comerciais recebidas	329.808	273.986
Alienação de bens do ativo imobilizado	-	110.000
(-) Custo do bem alienado do ativo imobilizado	-	(53.986)
Provisão para desvalorização dos estoques	(93.478)	(3.280)
Perdas em operações societárias	-	(4.246)
Recuperações de Tributos IRPJ/CSLL - Outras Receitas (a)	805.131	-
Total das Outras Receitas e Despesas	<u>1.105.771</u>	<u>348.084</u>

(a) O saldo corresponde à recuperação de IRPJ/CSLL relativo ao diferimento parcial aplicado em saídas internas entre contribuintes e nas operações de importação de mercadorias por contribuinte, conforme previsto no art. 28 do Anexo VIII do RICMS (Decreto nº 7.871/2017), anteriormente no art. 108 do Decreto nº 6.808/2022.

NOTA 23 – RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas Financeiras		
Juros Recebidos	20.299	20.793
Descontos Recebidos	501	281
Receitas de Aplicações Financeiras	21.425	84.670
Total Receitas Financeiras	<u>100.495</u>	<u>105.744</u>
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(13.846)	(15.693)
Descontos Concedidos	-	(7.816)
Juros Passivos	(2.995)	(2.577)
Multa e Juros sobre Impostos	(10.186)	(16.195)
IOF	(1.545)	(1.888)
Encargos financeiros - Direito de uso	(761)	-
Total Despesas Financeiras	<u>(29.333)</u>	<u>(44.169)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>71.162</u>	<u>61.575</u>

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes dos Imposto de Renda e Contribuição Social	1.031.205	1.154.043
Adições do período	94.238	3.280
Exclusões do período	7.037.137	-
Prejuízo Fiscal	-	319.483
Resultado ajustado (Lalur)	(5.911.694)	837.840
Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(255.839)

O Imposto de Renda e Contribuição Social são apurado pelo lucro real anual.

NOTA 25 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Valor Cobertura R\$	Vigência
Seguro Empresarial	Estoques	7.000.000	De 25/03/2023 à 25/03/2024

As premissas de análise de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

* * *